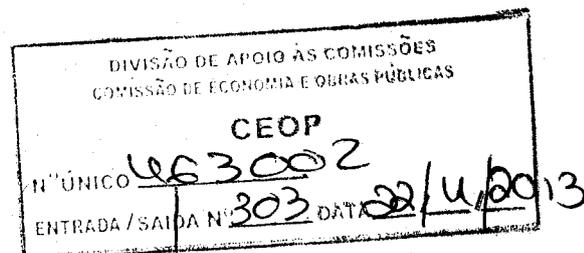


## Conceição Martins

**De:** José Garcia [jose.m.m.s.garcia@gmail.com]  
**Enviado:** domingo, 21 de Abril de 2013 22:12  
**Para:** Comissão 6ª - CEOP XII  
**Assunto:** Pedido de audição - Ciclovias

**Categorias:** Red Category

Ex. mos Srs. Deputados  
Do Grupo de Trabalho de Segurança Rodoviária  
Da Comissão de Economia e Obras Públicas



Permitam-me que me apresente no sentido de se compreender melhor a razão da minha exposição.

De nome José Maria Martins dos Santos Garcia, Cartão do Cidadão nº 6253257, exerço atividade de projecto de vias de comunicação há mais de 20 anos, e de Auditoria de Segurança Rodoviária desde a conclusão do curso reconhecido pela Ordem dos Engenheiros, em 2007.

Ao longo dos anos tenho participado em obras emblemáticas da Engenharia Nacional, nomeadamente: no Aeroporto Internacional de Macau, Fábrica Ford/Volkswagen (Autoeuropa), Expo'98, travessia do comboio na ponte 25 de abril, cerca de 1400 km de autoestradas (novas e alargamentos) e 400 km de autoestradas no estrangeiro, ampliações de portos e aeroportos.

Paralelamente, tenho participado em órgãos consultivos, nomeadamente para a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária e para o Plano Municipal de Segurança Rodoviária da Câmara Municipal de Torres Vedras e ainda no Grupo de Trabalho de Segurança Rodoviária da Assembleia da República, em representação da Associação de Cidadãos Auto-mobilizados (ACA-M).

Por desafio do então Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Eng.º Paulo Marques, elaborei um documento referente à alteração do Regulamento de Sinalização do Trânsito.

A razão da minha exposição resulta do facto de, no âmbito das inspeções de estradas, ter constatado que existiam no país muitas infraestruturas para velocípedes e que estas apresentavam muitos pontos de elevada perigosidade.

Essas constatações determinaram aprofundar conhecimento no projeto desse tipo de vias para veículos de duas rodas não motorizados e levaram-me à Academia para fazer uma Dissertação de Mestrado sobre a matéria.

Neste momento encontro-me na fase final do trabalho de Mestrado, tendo percorrido e auditado todos os troços pavimentados e/ou sinalizados de ciclovias construídos no país, (território continental e ilhas), num total de cerca de 770 km, a maior parte construídos nos últimos 12 anos, o que equivale à construção média de mais de 60 km/ano.

No âmbito do curso de Mestrado, visitei Nova Iorque e várias capitais e cidades de média dimensão de países da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália e Reino Unido) e Suíça, para analisar em profundidade a construção daquele tipo de infraestruturas segundo as características específicas de cada país e compreender a sua integração no contexto das infraestruturas rodoviárias e, em particular, no domínio da segurança rodoviária.

Todo o trabalho de campo já desenvolvido deixa-me grandes preocupações quanto ao panorama em Portugal, que é totalmente contrário aos esforços empreendidos pelos vários governos dos últimos 10 anos no sentido de baixar os índices de sinistralidade.

Mais do que fundamentar em páginas de texto, tenho feito algumas apresentações em Powerpoint em vários espaços, nomeadamente no IX Congresso Ibérico "A bicicleta e a cidade" realizado na Murtosa, Aveiro, em abril de 2012, onde estiveram presentes os Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Silva Monteiro; Sr. Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Paulo Júlio; na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária; no Fórum de Auditores de Segurança Rodoviária; na Câmara Municipal de Lisboa e, recentemente, no 7º Congresso Rodoviário Português, realizado no LNEC, nos dias 10 a 12 de abril último.

Tendo em conta a gravidade da situação no que concerne às características das ciclovias construídas no país, à atual conjuntura política, ao recrudescimento da utilização da bicicleta nas deslocações diárias, ao crescente número de acidentes envolvendo velocípedes nas estradas portuguesas e às recentes démarches no sentido de se alterar o Código da Estrada, entendo ser oportuno apelar junto de v/Exas para que se aja no domínio da regulamentação e preceitos de construção das ciclovias.

As resoluções da Assembleia da República de promoção aos modos suaves de transporte, a bibliografia recentemente produzida no âmbito do Pacote da Mobilidade, realizado pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres e os relatórios anuais sobre sinistralidade rodoviária impõem que se dê um passo adiante no sentido de se projetar com qualidade e em segurança.

Embora seja membro da ACA-M, Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores da Bicicleta (FPCUB) e da Associação para a Mobilidade Urbana em Bicicleta (MUBi), não pretendo assumir nenhum papel de associado, mas antes poder contribuir para uma visão mais profunda e menos idealista, na qualidade de técnico.

Nesse sentido, informo da minha disponibilidade para mostrar o trabalho que já desenvolvi ao Grupo de Trabalho de Segurança Rodoviária de que v/Exas fazem parte, de modo a que através das imagens, se possa perceber a gravidade do problema.

A apresentação é basicamente composta de imagens e tem uma duração de cerca de 50 minutos. No entanto, poderei apresentar uma forma mais compacta para cerca de metade desse tempo.

Na expectativa das v/ melhores notícias,

Com elevada consideração,

De v/Exas.

José Garcia

Auditor de Segurança Rodoviária